

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

FROM THE MARGIN TO THE CENTER: THE VISIBILITY OF SOUTH AMERICAN CHILDREN IN CHILDHOOD STUDIES

Monique Aparecida Voltarelli¹

Resumo

O presente artigo apresenta indicativos sobre a visibilidade da infância nas pesquisas da América do Sul, em diálogo com o campo dos estudos sociais da infância, a partir da análise de produções científicas em países hispano-falantes do continente. Desde finais da década de 80 esforços vem sendo realizados para trazer as crianças e a infância ao centro de diversos campos disciplinares que compartilham as premissas de um novo paradigma. Destaca-se que as investigações tem se ocupado das crianças socialmente excluídas, apresentado discussões relacionadas aos cenários locais e as características que configuram a pluralidade da infância nos países sul-americanos. As publicações indicam que os estudos sociais da infância além de contribuir com o campo científico, colaboram para intervenções sociais e políticas que visam garantir os direitos das crianças.

Palavras-chave: Estudos sociais da infância; América do Sul; Infância; Crianças à margem; Visibilidade da infância.

Abstract

¹ Monique Aparecida Voltarelli, Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI/FEUSP). Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação Modalidade Profissional da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: moniquevoltarelli@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2605-0930>

This article presents indications about the visibility of childhood in South American research, in dialogue with the field of childhood studies, from the analysis of scientific productions in Spanish-speaking countries on the continent. Since the late 1980s, efforts have been made to bring children and childhood to the center of several disciplinary fields that share the premises of a new paradigm. It is noteworthy that the investigations have been concerned with socially excluded children, presenting discussions related to local scenarios and the characteristics that configure childhood plurality in South American countries. The publications indicate that childhood studies, in addition to contributing to the scientific field, collaborate with social and political interventions that aim to guarantee children's rights.

Key words: Childhood Studies; South America; Childhood; Children on the margin; Childhood visibility

Introdução

Desde o início do século XX, as crianças eram vistas a partir de disciplinas como a medicina, a psicologia, a educação e o direito (MORAN-ELLIS, 2010), sendo que estas ciências determinaram concepções de criança e de infância que as concebiam como seres passivos. A medicina, por meio da pediatria, se ocupou do desenvolvimento físico das crianças; os aspectos psicológicos relacionados a comportamento e emoções, dentre outros dessa natureza, ficaram a cargo da psicologia; e a pedagogia focalizou a dimensão cognitiva e social por meio de sua escolarização.

Conforme pontua Andrade (2010), as crianças eram reconhecidas por estas disciplinas a partir da necessidade de proteção, visto serem consideradas vulneráveis, dependentes, passivas, imaturas, ao contrário dos adultos, vistos como o ideal a ser atingido. Em relação à sociologia, esta tradicionalmente pouco se ocupou da infância, e, desde seu surgimento como disciplina científica, tratou da socialização das crianças.

A sociologia surge no século XVIII como disciplina científica em busca de compreender a sociedade após as grandes Revoluções Industrial e Francesa (MARTINS, 1994). Esta disciplina se propõe a entender o contexto social, as relações estabelecidas pelas

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

diferentes classes, as transformações ocorridas e as novas condições de vida na sociedade posteriormente à Revolução Industrial. Bauman (2010, p.13) aponta que a sociologia faz referência a um corpo de conhecimentos acumulados no que diz respeito ao “mundo feito pelos seres humanos”. Isso quer dizer que ela produz conhecimento que serve a diversos tipos de interesses, tendo diferentes abordagens metodológicas para explicar a realidade social, e com uma produção histórica que abrange a compreensão dos homens sobre si mesmos, sobre as estruturas sociais e as relações de poder que envolvem a ordem social (BOURDIEU, 1996).

A sociologia se ocupou da educação das crianças, de forma a prepará-las para viver em sociedade, sendo que por meio conceito da socialização, o qual tradicionalmente se referiu aos processos que possibilitam às crianças tornarem-se membros da sociedade, acabou compreendendo a infância enquanto etapa de preparação para a vida adulta. As maneiras pelas quais elas se inserem progressivamente no meio social, a aquisição de condutas e competências necessárias para atuar na sociedade são elementos que caracterizam esse conceito.

Durkheim foi quem estabeleceu as primeiras relações entre a sociologia e a educação, ao compreender que “a educação não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência” (DURHEIM, 1955, p. 38). Para ele, as crianças são frágeis, instáveis, incompletas e, para tornarem-se seres sociais faz necessário que se submetam à transformação, à mudança e à assimilação rápida do meio, ou seja, em processo até que atinjam um completo desenvolvimento. Em outras palavras, as crianças vão sendo transformadas em seres sociais por meio do processo de socialização. As instituições sociais, família, igreja e escola, são as responsáveis por este processo e têm por objetivo desenvolver nas crianças a capacidade moral e social, de modo que elas se identifiquem com o sistema social. Desta maneira, percebe-se que, de acordo com o autor, a educação e o processo de socialização são essenciais para a manutenção, conservação e, principalmente, para o funcionamento das sociedades.

Na obra intitulada “Sociologia, Educação e Moral”, Durkheim (1984) aponta que os três aspectos que nomeiam o livro têm a função de promover certo número de estados físicos e mentais que a sociedade considera como indispensáveis a todos os seus membros. Além disso, pretende assegurar a disciplina, fornecer à criança o pertencimento a um grupo social,

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

identificar o seu papel na sociedade, a sua autonomia e a auto-dominação, com a finalidade de consolidar as consciências sociais (que são coletivas) e constituir o ser social em cada indivíduo.

Em relação aos elementos sobre o processo de internalização da sociedade, Parsons (1951) em seu livro, *The Social System*, constrói a estrutura da organização social, segundo a qual as crianças devem adquirir capacidades necessárias para a vida adulta, internalizando regras fundamentais para o funcionamento da sociedade. Diz o sociólogo que o indivíduo é funcional para a manutenção da ordem social, sendo que as crianças aceitam, assimilam e internalizam as regras da sociedade na qual estão inseridas, contribuindo com a manutenção e a propagação dos valores e normas que conduzem o seu funcionamento.

O autor destaca que a falta de maturidade biológica das crianças é um elemento evidente e que, durante o seu desenvolvimento, elas carecerão de aprendizados de condutas esperadas para viver em sociedade. “A prática social da criança é sublimada pelos presumíveis interesses do teórico [Parsons] a manter a integração e a ordem no nível analítico [do Sistema Social]” (JENKS, 2002, p.205).

Outros sociólogos que apontaram a sociedade como um produto humano e o homem como um produto social foram Berger e Luckmann, no conhecido livro “A Construção Social da Realidade”, publicado em 1966. Na obra, os autores argumentam que a criança não nasce membro da sociedade, mas nasce com a predisposição para tornar-se membro dela. Isso ocorre por meio da interiorização do mundo enquanto realidade social provida de sentido e pela compreensão de nossos semelhantes. Esse processo é realizado pela socialização, que pode ser definida como “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.175).

Percebe-se que a infância era considerada como um período transitório, por meio do qual as crianças iriam internalizando passivamente a cultura adulta, e durante esse período às crianças foram associadas a compreensões relacionadas à incompletude, imaturidade, incompetência, uma vez que o padrão estabelecido como referencia era o cidadão adulto.

Em texto de 1994, Jens Qvortrup argumenta que os estudos sociológicos tradicionalmente privilegiavam a socialização da criança, voltando seu olhar para a família e para a escola, grupos dos quais era considerada dependente. O autor retoma a documentação

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

elaborada pela socióloga canadense Anne-Marie Ambert, em 1986, para ressaltar “a ‘quase inexistência’ de estudos sobre a infância nas principais correntes da Sociologia”, num estudo que incluiu “sociólogos clássicos como Comte, Marx, Pareto, Weber, Durkeim, Simmel, Mead, Parsons e Merton, os quais evitavam, propositadamente ou não, a infância” (QVORTRUP, 2010, p.633).

Alanen (2001a), por sua vez, aponta que a sociologia abordava as crianças por meio de uma “pseudo-inclusão” nas discussões do campo, uma vez que as crianças pareciam ser a preocupação central, mas na verdade estavam sendo consideradas como uma variável dependente sendo incluída nas discussões da sociologia da família e da educação, mas sem trazer as crianças e suas preocupações para dentro da sociologia. A autora pontua ainda que a ausência das questões das crianças nas ciências demonstra o adultocentrismo neste campo científico, pois as crianças só eram retratadas pelo ponto de vista dos adultos e de seus interesses específicos ou nas perspectivas que os adultos gostariam que as crianças fossem quando crescessem, com projeções para quando se tornassem seres sociais.

No final da década de 1980, questões sobre a infância e sobre as crianças começaram a ser formuladas em diferentes países, e as investigações realizadas trouxeram informações sobre a infância e revelaram a marginalização das crianças no âmbito científico. Em 1987, Qvortrup afirmava que “a compreensão sociológica da infância na interface entre proteção e interesses sociais estruturais permaneceu rudimentar” (p.3), pois os primeiros estudos da infância sob uma abordagem sociológica estavam relacionados à vulnerabilidade das crianças, a questões de proteção, a situações de risco e a problemáticas afins. O sociólogo liderou pesquisa pioneira e defendeu o estudo da infância por meio de fatores macros-sociológicos que determinam o bem-estar das crianças, ou seja, que os sociólogos, a partir das orientações teórico-metodológicas de sua disciplina, olhem “para as relações causais entre as demandas dominantes da sociedade e as condições gerais em que crianças vivem” (Ibid., p.4).

Além disso, pesquisas sobre crianças - com foco nas relações de pares, na amizade, na cultura de pares das crianças (CORSARO, 1985, 1997) - e a preocupação em ouvir o que as crianças dizem, considerar seus pontos de vista e discutir a competência de sua atuação e sua agência forneceram maior visibilidade para as crianças e para a infância no campo científico e social.

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

O sociólogo norte-americano William Corsaro realizou pesquisa sobre os processos de socialização das crianças e criou o termo *reprodução interpretativa*, como denominação alternativa ao processo. Ele afirma que o uso do termo “socialização” pode remeter à ideia de preparação da criança para uma vida futura, enquanto “reprodução interpretativa” pode superar a interpretação individualista do conceito historicamente elaborado para a socialização. Interpretativa por considerar a criatividade das crianças na participação social e reprodução pelo fato de as crianças não apenas internalizarem o meio social, mas modificarem-no e reproduzirem-no nas relações sociais (CORSARO, 2011, p.31).

Em 1990, James e Prout definem um novo paradigma para a infância. Jens Qvortrup (1991) propõe a infância como uma construção social, elaborada para e pelas crianças, e considera-a como uma variável de análise, assim como classe, gênero e etnia. Desenvolve-se o argumento de que as crianças podem e devem ser estudadas para os seus próprios direitos e referidas como “ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, a vida de si mesmas e da sociedade em que vivem” (JAMES; PROUT, 1990, p.8).

Assim, ao longo do tempo, diferentes conceitos e temas são apropriados, amplificados ou desenvolvidos pela sociologia da infância como um campo em construção e desenvolvimento. A existência de uma ordem geracional composta por infância, idade adulta e velhice distingue grupos específicos da população, e as crianças como um grupo social, estabelecendo infância como categoria de estrutura social (ALANEN, 2001, p.13).

Evidencia-se que a definição do ramo “infância” ainda é jovem na sociologia (BÜHLER-NIEDERBERGER, 2010, p.155) e traz novas definições teóricas para a perspectiva dos estudos da criança e da infância, impulsionando não apenas discussões por diferentes perspectivas, mas propondo abordagens metodológicas que possam considerar a perspectiva das crianças nas pesquisas.

A partir do momento em que se percebe a infância como uma realidade socialmente construída (ÀRIES, 1986), considera-se que as variações históricas e culturais produzem um modo de ser criança em determinado momento histórico (GAITÁN MUNÓZ, 2006, p.44). Nesse sentido, a infância passa a ser vista como parte permanente da estrutura social, de forma que as crianças são afetadas pelas mesmas situações que os adultos e que os fatores

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

macros-sociais que interferem no mundo adulto e na velhice também atingem a infância (QVORTRUP, 2011).

Partir do novo paradigma de estudos das crianças pressupõe considerar novas aproximações científicas para infância e discutir as maneiras como os trabalhos no campo se apropriam deste para realizar as pesquisas, caracterizando e problematizando questões específicas da infância em determinados países, e concentrando esforços para colocar a criança em foco.

De acordo com Nascimento (2018) conhecer as crianças demanda pensá-las a partir de uma condição de estranhamento, que em consonância com Jenks (2002, p.187) cabe destacar que “a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção de adulto, embora seja impossível criar uma noção precisa da adultez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança”. Desde modo, reconhecer que as crianças compreendem o mundo de maneiras distintas dos adultos, e que possuem particularidades e singularidades na forma de se expressar e de se relacionar com ele, desafia pesquisadores a conhecê-las e investigá-las a partir de diversas perspectivas.

A complexidade da infância parece requerer, portanto, diferentes campos de conhecimento para o desenvolvimento de seu estudo. Conforme afirma Sarmento (2008, p.32) a sociologia da infância “propôs-se a colocar a infância no centro da reflexão das Ciências Sociais”. Segundo o autor, a sociologia da infância constitui o campo interdisciplinar conhecido como Estudos da Infância (*Childhood Studies*), o qual inicialmente foi composto pela sociologia e pela antropologia, que tiveram dificuldade em utilizar conceitos e métodos investigativos de cada área para pesquisar as crianças e a infância, tendo sido desafiadas a uma interlocução entre referências teórico-metodológicas distintas (QVORTRUP et al, 2009).

O campo dos estudos sociais da infância vai trazendo visibilidade a um grupo que historicamente foi marginalizado no campo científico, de forma a propor uma “autonomia conceitual” (QVORTRUP, 2010) para investigar as crianças, fazendo com que passem a ser estudadas por seu direito próprio, considerando suas vozes e perspectivas para produção do conhecimento.

Centrar as pesquisas com a participação das crianças, reconhecendo-as enquanto sujeitos sociais que vivem as experiências plurais da infância e nela participam, é uma forma

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

de levar as crianças a sério no meio científico (ALANEN, 2001a), colocando-se como um caminho promissor na reconstrução do papel das crianças na sociedade.

Tendo em vista o desenvolvimento do campo da sociologia da infância, ao lado de discussões interdisciplinares que compartilham das mesmas premissas teóricas, e que vem compondo um campo mais amplo conhecido como estudos sociais da infância, o presente artigo visa dialogar como as crianças tem sido colocadas ao centro das discussões sociológicas no campo científico desenvolvido no continente sul americano, a partir das publicações científicas.

Estudos sociais da infância na América do Sul: visibilidades e perspectivas a partir das publicações científicas

Desenvolvido inicialmente nos países do hemisfério Norte, o campo dos estudos da infância tem-se expandido para diversos países do mundo com publicações que visam a “libertação” das crianças dos estudos da família e da psicologia do desenvolvimento e das teóricas clássicas da socialização. A partir de um ponto de vista sociológico, as crianças são compreendidas no tempo presente, enquanto ainda são crianças, além de investigar como os contextos políticos, econômicos, culturais e geográficos influenciam a vida das crianças.

Pesquisa concluída em 2017, financiada pela FAPESP, com objetivo de mapear as produções científicas sobre a infância na América do Sul desde a perspectiva dos estudos sociais da infância, e que estabeleçam diálogo com o paradigma proposto por James e Prout em 1990, permitiu localizar 1165 produções sendo que destas 501 foram consultadas por apresentar maior proximidade com o campo (VOLTARELLI, 2017). Assim, para essa discussão retomam-se alguns dados da pesquisa de forma a apresentar indicativos sobre temáticas e discussões sociológicas relacionadas à infância nos países hispano-falantes do continente a fim de ressaltar quais perspectivas e/ou problemáticas tem sido colocadas ao centro das publicações científicas nos últimos anos.

Compreender a infância desde o hemisfério Sul, tendo em conta as particularidades dos países que o compõem, implica considerar a colonização, efeitos da globalização e neoliberalismo. As hierarquias estabelecidas não ocorrem apenas economicamente, mas nas

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

formas de produzir o conhecimento científico, que estiveram submersas a relações dominantes de produção e de difusão do conhecimento, além de demonstrar a constante necessidade de superar o pensamento hegemônico e excludente, que desconsidera as realidades sociais e problemáticas que emergem dos países subdesenvolvidos (GOMES, 2012).

No Brasil, os estudos sobre a infância destacavam as crianças como problemas sociais, sendo que após a aprovação da Constituição Federal (1988), com a ratificação da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (1989), e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as crianças passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. Este elemento, de acordo com Castro e Kosminky (2010), aponta a transformação das pesquisas acadêmicas que passam a trazer maior visibilidade para a infância, bem como a focaliza na agenda política. Cabe destacar que enquanto campo científico nota-se que os estudos da infância atualmente no país estabelecem estreita relação com o campo da educação infantil (NASCIMENTO et al, 2013).

Nos países hispano-falantes da América do Sul verifica-se que o campo emerge a partir de campos disciplinares distintos, tais como antropologia da educação, sociologia da juventude e da educação, direitos humanos, história social e da psicologia social, no qual se observa um movimento interdisciplinar para dialogar sobre os estudos sociais da infância (VOLTARELLI, 2017).

Pautando-se na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças – CDC - (1989), enquanto marco para estruturação dos estudos sociais da infância nos países que compõem a América do Sul, nota-se que a militância pelos direitos das crianças para garantir a efetivação em cenários com imposições paternalistas, que desconsideram as reais necessidades das crianças nestes países, se fazem presentes nas discussões científicas, juntamente com abordagens acerca dos interesses de participação social, tal como no âmbito do trabalho por exemplo.

Liebel (2016) aponta que muitas crianças do hemisfério Sul são vistas sem infância por fugir da compreensão universal e ideal associada à escolarização e as brincadeiras, sendo protegida em espaços institucionais que garantam seu desenvolvimento integral. Baseado nos estudos da antropóloga holandesa Nieuwenhuys (2013, p.254), o autor destaca três

183

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

perspectivas para o desenvolvimento dos estudos da infância no Sul, a saber: 1) a infância do Sul não deve ser comparada aos padrões de infância predominantes do Norte ao ponto de qualificá-las como problemáticas; 2) o predomínio normativo da infância do Norte traz uma vasta produção do conhecimento que não considera os contextos da infância do Sul e que impõe uma visão eurocêntrica; 3) faz-se necessário levar em conta essas limitações para pensar a ação social das crianças do Sul, que difere dos padrões de infância comuns nos países do hemisfério Norte.

Sabe-se que os problemas sociais na América do Sul possuem uma magnitude distinta dos países do hemisfério Norte, associados à violência, exploração infantil, abusos sexuais, pobreza, crianças em situação de rua, maus-tratos, tráfico de crianças, que se configuram como alguns exemplos dos problemas múltiplos associados às condições de vida das crianças nestes países. Assim, as produções sul-americanas indicam discursos sobre políticas sociais relacionadas à assistência, ao controle dos menores, a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade, em situação de risco, em processos migratórios, expostas a violência e sobre o trabalho infantil (VOLTARELLI, 2017)

Deste modo, nota-se que a preocupação de pesquisadores do campo dos estudos sociais da infância nos países da América do Sul, é trazer visibilidade aos temas relacionados como bem-estar e as políticas públicas direcionadas à infância, com discussões sobre a maneira que as crianças vivem e as suas necessidades reais diante do contexto sul-americano.

Pensar no bem-estar infantil remete ao diálogo sobre as intervenções públicas para garantir os direitos sociais, melhorar a qualidade de vida das crianças juntamente com aspectos relacionados com a cidadania. A esta discussão cabe acrescentar que se por um lado observa-se no âmbito legal, científico e político avanços na compreensão e no discurso sobre os direitos das crianças, por outro ainda se nota que as práticas voltadas para as crianças continuam arraigadas na compreensão da proteção como assistencialismo, correção e disciplinamento (ARANTES, 2012).

As discussões nas pesquisas reforçam que as políticas públicas para além de favorecer a provisão e a proteção, devem proporcionar subsídios com o intuito de potencializar a cidadania ativa e a participação infantil nas diversas esferas sociais. Destacam a emergência de alinhar as políticas para infância com as da família e de gênero, de modo que as crianças

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

que vivem distantes de suas famílias (seja por separação dos pais, imigração ou refugiadas) tenham assegurados seus interesses e direitos.

As crianças à margem foram retratadas por meio de pesquisas que focalizaram as situações de vulnerabilidade em que se encontram, relacionadas à pobreza, vivência nas ruas ou estando em situação de rua, conflitos com a lei, institucionalização da infância e minoridade. Estas pesquisas buscaram compreender não apenas as relações com Estado e políticas públicas, mas também os direitos e a participação social das crianças, ressaltando o protagonismo de meninas e meninos inseridos em contextos plurais e complexos, que assumem responsabilidades distintas. Demarcam ainda o papel social da infância como fundamental na estrutura das sociedades, mas que historicamente não foram elucidados nas pesquisas por priorizar a ação adulta.

Na Argentina as crianças em situação de rua foi um dos temas centrais de pesquisa. Discussões acerca das relações entre os pares; as estratégias para lidar com as situações da rua; análises a partir do gênero das crianças; os motivos que foram para as ruas; modo como utilizam as ruas enquanto espaço de trabalho urbano; relações com as famílias, foram alguns dos tópicos presentes nas publicações do campo. As trajetórias laborais de crianças e adolescentes também foram temas de pesquisa no país, trazendo perspectiva dos mesmos sobre a necessidade do trabalho para economia familiar e sobrevivência, assim como o trabalho infantil também foi abordado nas pesquisas realizadas com as crianças enquanto atividade formativa, destacando a importância da participação no ambiente familiar e para a apropriação da cultura.

No Chile destaque é dado para as produções que abordam a imigração infantil, constituindo-se como referencial teórico para a América Latina por trazer o ponto de vista das crianças nos processos migratórios. A partir da análise de categorias como geração, etnia e gênero, as produções indicam as relações estabelecidas entre adultos e crianças e como as negociações de autoridade são modificadas com a chegada em outro contexto social; como as crianças lidam com os pares na inserção escolar; bem como discussões acerca dos preconceitos que sofrem por serem imigrantes.

Na Colômbia a participação das crianças em conflitos armados e o papel da escola na reconstrução da paz foram aspectos centrais discutidos em âmbito científico. Este cenário

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

demandou dos pesquisadores estudos relacionados a políticas sociais de forma a pensar em projetos que promovessem a construção da paz, juntamente com a releitura sobre as crianças e infância, enquanto atores sociais na mudança políticas e culturais da sociedade, destacando também suas participações e perspectivas.

A infância rural e campesina foi abordada pelas produções peruanas e bolivianas, de forma destacar a agência das crianças no interior das famílias e também diante do meio urbano. Vistas como essenciais para a economia familiar, as crianças iniciam a participação no trabalho desde muito cedo, estabelecendo relações com os pares que contribuem para que sigam o trabalho sem a supervisão adulta, o que fortalece e gera laços entre as crianças e traz indicativos de uma cultura da infância campesina que ainda é pouco estudada no âmbito científico. Além disso, os cuidados dos irmãos menores e as responsabilidades assumidas estão entre os fatores que contribuem para o desenvolvimento da identidade e sentido de pertencimento no meio rural, juntamente com as aprendizagens sobre o meio doméstico e agrícola, os quais favorecem maior participação social.

Participação e protagonismo infantil também foram elucidadas na pesquisas sul-americanas. Pensar a participação na América do Sul implica considerar, desde um ponto de vista socioeconômico: as desigualdades sociais, as opressões, a segregação social, discriminação, preconceitos, racismo estrutural, subordinação, além de discursos colonizadores que limitam a possibilidade de participação das crianças na sociedade. Protagonismo infantil é um conceito que, segundo o autor peruano Cussiánovich (2001) surge na América do Sul, a partir da educação popular vinculado aos movimentos das crianças e jovens trabalhadores, que por volta dos anos 70, se organizam para exigir melhores condições laborais e reconhecimento de suas capacidades de decisão em relação a seus interesses e circunstâncias que afetam suas vidas. Cabe mencionar que o termo ganha evidência com a ratificação da CDC, a qual reconhece o direito da participação das crianças em âmbito internacional.

A infância indígena também foi evidenciada nas publicações, que, por meio de estudos antropológicos e sociológicos, buscaram investigar temas como: a participação das crianças na configuração das aldeias; a influência da educação colonialista e a desvalorização dos saberes das crianças e de suas famílias; as perspectivas e tradições religiosas; a diversidade

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

linguística; entre outros elementos que possibilitaram compreender as crianças indígenas nos diversos países sul-americanos. As publicações trouxeram visibilidade para a necessidade de efetivação dos direitos destas crianças e destacaram os modos distintos de suas infâncias.

Do mesmo modo, as produções acerca da infância andina dialogaram com as construções sócio-culturais da infância, apontando as experiências heterogêneas de ser criança entre as culturas, bem como nas diferenças de gênero, pertencimento étnico, classes sociais, idades e contextos geográficos em que vivem. Estes aspectos imprimem distintas maneiras de experienciar as infâncias, colocando em questionamento as perspectivas eurocêntricas, etnocêntricas, colonizadoras, androcêntricas que invisibilizam as infâncias do continente sul americano.

A essa discussão acrescenta-se as considerações de Cavagnoud et al (2013) quando pontua que as ciências sociais na América Latina começam a pôr no centro das discussões científicas as crianças enquanto atores e participantes da sociedade, o que demanda compreender como se dá o sentido de pertencimento nas sociedades em que estão inseridas; que responsabilidades assumem; quais tipos de relações geracionais são estabelecidas no interior das comunidades em que vivem; entendimento dos papéis que assumem nas tarefas domésticas, no trabalho econômico, no trabalho nas ruas, nas atividades escolares e em toda a sociedade de um modo mais amplo.

Pautados no diálogo com diversos campos disciplinares, tais como história, sociologia e antropologia da infância, as produções científicas indicam o reconhecimento das crianças como agentes e participantes de contextos sociais que compartilham da precariedade da ação estatal. As publicações também evidenciaram as tomadas de decisões individuais e coletivas que as crianças realizam em seus diversos cotidianos; as estratégias de sobrevivências; os ajustes de ações diante das circunstâncias e problemas que enfrentam, as quais muitas vezes se assemelham as posturas adultas (AMES, 2013).

Metodologias de pesquisa e preocupações éticas com a participação das crianças também foram centrais nas publicações científicas sul-americanas. Preocupações com o modo como as crianças são convidadas a participar; a escolha dos instrumentos de coleta de dados; a forma como suas perspectivas são pontuadas nos textos finais produzidos pelos adultos; são alguns exemplos que assinalam a preocupação diante de possíveis manipulações das crianças

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

e usos decorativos de suas falas nos textos acadêmicos, o que tem sido considerado como uma falta de respeito com as crianças (SZULC, 2008), ressaltando que as suas vozes sejam respeitadas e contextualizadas nas publicações. Nos últimos anos a consideração das crianças enquanto co-investigadoras e co-autoras das investigações tem se apresentado de forma tímida, entretanto em algumas pesquisas essa participação foi identificada no âmbito escolar.

Enquanto campo em pleno desenvolvimento, os estudos da infância deste continente têm demonstrado esforços em localizar as sociedades que as crianças vivem e o que significa viver a infância em cada espaço demográfico, aspectos que Moss (2011) destaca como cerne deste campo científico.

Jaramillo Garcia (2018) aponta que ademais de explorar a relação infância e sociedade é necessário construir uma representação da infância desde o hemisfério Sul. Esta deveria abranger as características, história, saberes, e culturas originárias, considerando os contextos de violência, dominação e subalternização que perpassam a vida das crianças nos diversos países, em suas diversas particularidades sociais, culturais, econômicas e políticas. A partir destas considerações seria possível, então, produzir um pensamento científico que esteja de acordo com realidade das crianças.

Considerações finais

De maneira geral os estudos aqui considerados assinalam as contribuições do campo dos estudos sociais da infância para a compreensão dos espaços ocupados pelas crianças, bem como evidenciam os complexos problemas sociais que atravessam as infâncias sul-americanas, trazendo visibilidade não apenas para o campo científico, mas demandando por uma agenda política que garanta os direitos das crianças.

Tirar as crianças da marginalidade social e científica ainda se coloca como um desafio para diversas instâncias acadêmicas e políticas comprometidas com a infância. Ressalta-se que os conceitos do campo da sociologia da infância têm permitido ampliar o enfoque teórico e metodológico nas investigações e estudos realizados no continente, mas torna-se evidente a

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

necessidade de contextualizar ou ao menos problematizar o uso nos contextos do hemisfério sul.

Compreender como as crianças afro-descendentes, mestiças, indígenas, andinas, amazônicas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, urbanas, migrantes, dentre tantas outras presentes no continente, constroem a sociedade e por elas são construídas, tem demandado o questionamento de posturas paternalistas, eurocêntricas, discriminadoras, autoritárias e antidemocráticas que desconsideram o protagonismo infantil e as contribuições das crianças para a estrutura social.

Pensar as infâncias fora dos muros das escolas; estabelecer relações horizontais com as crianças; promover avanços metodológicos e éticos que respeitem e tragam visibilidade para as infâncias, compõem exemplos de algumas problemáticas que ainda são vigentes para pesquisadores e estudiosos do campo dos estudos sociais da infância.

Conforme ressalta Padawer (2015), a realidade latino-americana “tem uma particularidade que, digamos, onde a infância majoritária é uma infância pobre, uma infância indígena, etc (...) dá uma impressão e certos interesses que talvez nos Estados Unidos ou na Europa não tiveram”. As investigações que focalizam os distintos grupos de crianças sul-americanas vão provocar e convocar, portanto, diversos tipos de projetos de pesquisa, que indicam diferenças na forma de compreender as maneiras como as crianças são teorizadas no hemisfério norte e sul. Reconhecer a potencialidade que os pesquisadores sul-americanos possuem para compreender os contextos em que estão inseridos, teorizar o hemisfério Sul e aprender a partir do Sul e com o Sul, conforme propõem Santos e Meneses (2010), parecem ser indicativos para a consolidação e manutenção do campo na América do Sul, bem como na América Latina.

Bibliografía

ALANEN, L. Childhood as a Generational Condition: Children’s Daily lives in a Central Finland Town. In: ALANEN, L.; MAYALL, B. (eds) **Conceptualizing Child-adult Relations**. London: Falmer Press, p.129–143, 2001.

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

ALANEN, L. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, L. R.(Org.) **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU, p.19-46, 2001a.

AMES, P. Niños y niñas andinos en el Perú: crecer en un mundo de relaciones y responsabilidades. **BULLETIN de l'Institut Français d'Études Andines**, Tome v.42, n. 3, Lima- Perú, p. 389- 410, 2013.

AMES, P.; ROJAS, V. **Infancia, transiciones y bienestar en Perú: una revisión bibliográfica**. Lima: GRADE; Niños del Milenio, 2010.

ANDRADE, L.B.P. De. Direitos da infância: a tutela e proteção à cidadania e educação. In: ANDRADE, L.B.P. De. **Educação Infantil**. Discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARANTES, E. M. M. de. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 45 – 56, 2012.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família** (2a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BÜHLER-NIEDERBERGER, D. Childhood Sociology in Ten Countries: Current Outcomes and Future Directions. **Current Sociology**, v. 58, n. 2, p. 369-384, 2010.

CASTRO, L. R. DE; KOSMINSKY, E. Childhood and its Regimes of Visibility in Brazil. An Analysis of the Contribution of the Social Sciences. **Current Sociology**, v.58, n. 2, p. 206-231, 2010.

CAVAGNOUD, R.; SUREMAIN, C. De.; GONZÁLEZ, P. 2013. Introducción. **BULLETIN de l'Institut Français d'Études Andines**, Tome v. 42, n. 3, Lima- Perú, p. 323-332, 2013.

CORSARO, W. **Sociologia da infância**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

CORSARO, W. **The sociology of childhood**. Thousand Oaks. Pine Forge Press, 1997.

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

CORSARO, W. **Friendship and peer culture in the early years**. Norwood, N.J.: Ablex, 1995.

CUSSIÁNOVICH, A. What does protagonism mean? In: LIEBEL, M.; OVERWIEN, B.; RECKNAGE, A. (Eds.) **Working children's protagonism: Social movements and empowerment in Latin America, Africa and India**. London: IKO, 2001, p.157-169.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho, 4ª edição, São Paulo: Edições Melhoramento, 1978.

DURKHEIM, E. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto: RÉS-Editora, 1984.

GAITÁN MUÑOZ, L. El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños. **Política y sociedad**, v. 43, n. 1, p.63-80, 2006.

GOMES, F. M.. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 4, n. 1, p. 39-54, 2012.

JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the Sociological Study of Childhood**. London: The Falmer Press, 1990.

JARAMILLO, E. Pensamiento social sobre la infancia: una mirada sociohistórica desde el sur global. **Discursos Del Sur, Revista De Teoría Crítica En Ciencias Sociales**, v.1 n.2, p. 203-232, 2018.

JENKS, C. Constituinto a Criança. **Educação, Sociedade e Culturas**. Crescer e aparecer ou... para uma sociologia da infância. n. 17. Porto: Afrontamento, 2002, p. 185-216.

LIEBEL, M. ¿Niños sin Niñez? Contra la conquista poscolonial de las infancias del Sur glob. **Millcayac - Revista Digital De Ciencias Sociales**, v. e, n. 5, p. 245-272, 2016.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAN-ELLIS, J. Reflections on the sociology of childhood in the UK. **Current Sociology**, v.58, n. 2, p. 186-205, 2010.

MOSS, P. Beyond Early Childhood Education and Care. **Early Childhood Education and Care**. Stockholm, 2011.

NASCIMENTO, M. L. B. P. (Coord.). **Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz**. Relatório Científico. São Paulo: FEUSP/ CNPq, 2013.

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

NASCIMENTO, M. L. B. P. Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. **Childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n.29, p. 11-25, 2018.

NIEUWENHUYS, O. Theorizing childhood(s): Why we need postcolonial perspectives. **Childhood**, v. 20, n.1, p. 3-8, 2013.

PADAWER, A. [Entrevista cedida a] Monique Ap. Voltarelli, 2015. In: VOLTARELLI, M.A. **Estudos da infância na América do Sul**: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, SP, 2017.

PARSONS, T. **The Social System**. New York: Free Press, 1951.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, v.36, n.2, p.631-644, 2010.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, v.22, n. 1, p. 199-211, 2011.

QVORTRUP, J. Introduction, **International Journal of Sociology**, v.17, n.3, p. 3-37, 1987.

QVORTRUP, J; CORSARO, W.; HONIG, M-S. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. Palgrave Macmillan, 2009.

SANTOS, B. DE S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, M. J.. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: GOUVEA, M.C.; SARMENTO, M.J. (orgs.) **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, p. 17-39, 2008.

SZULC, A. La investigación etnográfica con niños y niñas. aportes e inquietudes. *Simposio “Antropología y Niñez: Desafíos contemporáneos en América Latina”*. Buenos Aires, 2008.

UNDA, R. Sociología de la Infancia y Política Social ¿compatibilidades posibles?, In: IFEJANT: **Infancia y adolescencia en América Latina**. Aportes desde la sociología, Tomo I, Lima: IFEJANT, 15-29, 2003.

VOLTARELLI, M. A. **Estudos da infância na América do Sul**: pesquisa e produção na perspectiva da Sociologia da infância. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DA MARGEM AO CENTRO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS SUL AMERICANAS NOS ESTUDOS DA INFÂNCIA

Agradecimentos: Este artigo é resultado de uma pesquisa de doutorado intitulada “Estudos da Infância: Pesquisa e Produção na Perspectiva da Sociologia da Infância”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por meio de bolsa de estudos. Agradeço a todos que contribuíram com este estudo e também à FAPESP pelo apoio recebido para a realização e desenvolvimento da pesquisa.